

A VOZ DAS MULHERES TRABALHADORAS: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Raylene Barbosa Moreira*

Sandra Maciel de Almeida**

Amanda Motta Castro***

Resumo: As mulheres vivenciam a cultura patriarcal em casa, no trabalho, nas relações familiares, de amizade e profissionais. Mas como essa cultura está presente nos espaços de privação de liberdade? Como se dão as relações interpessoais e institucionais nessas instituições? Essas questões foram a base para a produção deste artigo que tem como objetivo principal realizar uma discussão sobre a percepção de mulheres que atuam em espaços de privação de liberdade sobre situações de violência e opressão de gênero vivenciadas no cotidiano profissional. Os escritos aqui apresentados originam-se de uma pesquisa realizada, no estado do Rio de Janeiro, que investigou a presença ou não de formas de violência e discriminação no cotidiano profissional a partir da percepção de mulheres trabalhadoras que atuam no sistema de privação de liberdade. A pesquisa é de caráter qualitativo, sendo a entrevista aberta ou etnográfica o principal instrumento de coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com quatro mulheres que trabalham (ou já trabalharam) como professoras, pedagogas e assistentes sociais nesses espaços. Dentre os resultados observados, destacam-se os relatos de situações de opressão e violência de gênero, vivenciadas no cotidiano do trabalho.

Palavras-Chave: Privação de liberdade. Mulheres trabalhadoras. Gênero. Educação.

1 Introdução

Como as formas de violência e opressão estão presentes no cotidiano profissional de mulheres que atuam nos espaços de privação de liberdade a partir da perspectiva das próprias mulheres trabalhadoras? Essa é a principal questão desta pesquisa, realizada no primeiro semestre de 2018, que entrevistou quatro profissionais que atuam (ou atuaram) nesses espaços, como professoras, pedagogas ou assistentes sociais. A discussão sobre as violências de gênero, em espaços de privação de liberdade buscou, neste artigo, analisar, por meio da voz das

* Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense. Mestranda em educação pela Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. E-mail: raylenemoreira95@gmail.com;

** Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ. Professora da Universidade Federal Fluminense/ UFF. E-mail: sandramacieldealmeida@gmail.com;

*** Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FURG e docente do Departamento de Educação da mesma instituição E-mail: motta.amanda@gmail.com.

mulheres, a cultura heteronormativa e os padrões pré-estabelecidos socialmente, que, muitas vezes, oprimem profissionais que atuam em espaços majoritariamente masculinos.

As mulheres vivenciam a cultura patriarcal em casa, no trabalho, nas relações familiares, de amizade e profissionais. Mas como essa cultura está presente na vida de mulheres que trabalham em espaços de privação de liberdade? Como se dão as relações interpessoais e institucionais nesses espaços? As situações de opressão comumente vividas pelas mulheres, cotidianamente, tornam-se mais evidentes? Como as situações de opressão vivenciadas no cotidiano profissional afetam o desenvolvimento do seu trabalho? Na história, como afirma RIBEIRO (2018, p. 1), as atividades relacionadas à aplicação da lei são entendidas como ocupações essencialmente masculinas, afirma ainda que “as funções de vigilância, proteção e repressão demandam características, como força física e desprendimento, que não estariam presentes nas mulheres (PALOMBO, 1992)”.

Neste artigo, além das entrevistadas serem mulheres que trabalham ou já trabalharam em instituições majoritariamente masculinas, como os espaços de privação de liberdade, as participantes atuam ainda em profissões ocupadas, em sua maioria, por mulheres: professoras, pedagogas e assistentes sociais.

Destaca-se que o lugar ocupado pela mulher na contemporaneidade, mesmo com as conquistas das mulheres nos campos profissional e pessoal, ainda é um espaço de luta, um movimento de contrapelo ao mal-estar produzido pelas relações de abuso de poder e imposições culturais, em que os afazeres domésticos ainda são atribuídos às mulheres, e o trabalho público, fora de casa, aos homens, como afirma Louro:

[...] o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompido, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. (LOURO, 1997, p. 17)

Com os movimentos feministas, essa naturalização e distribuição de tarefas vêm sendo questionada, principalmente por meio da discussão da divisão sexual do trabalho. Para Kergoat (2011), no fim do século XIX, surgiu a noção do “ofício de mulher”. Nesse momento, definiu-se o ofício de mulher em torno das então chamadas qualidades “naturais e inatas” das mulheres: o cuidado com o outro, o amor e a maternidade. Por esse motivo, até os dias de hoje temos, por

exemplo, mais mulheres estudando Pedagogia que Engenharia, mais Enfermagem que Medicina, e assim se “decide socialmente” também quem ganha mais dinheiro ou menos dinheiro no mundo do trabalho.

A antropóloga mexicana Lagarde (2011) também aponta nessa direção ao afirmar que a desvalorização do trabalho das mulheres acontece devido à sociedade acolher a ideia de que as mulheres têm como última e principal missão, a maternidade. Isto é, a função de tomarem o cuidado para com o outro como tarefa básica e principal. Vega Montiel (2007) argumenta que o trabalho feminino deve ser socialmente realizado “por amor”. Essas ideias, passadas através de gerações, tornam o trabalho realizado por mulheres e com mulheres um trabalho pouco valorizado socialmente.

As funções da mulher, bem como seu espaço ocupado socialmente vêm caminhando em movimento contrário ao que se espera das atividades denominadas domésticas. Como afirma Carloto (2001, p. 210), “a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho”.

Nesse contexto, encontram-se as mulheres desta pesquisa, que trabalham em espaços de privação de liberdade, locais com forte presença masculina, em que as relações de opressão, presentes no cotidiano de todas as mulheres, se acentuam. Entender essas relações e dar visibilidade à percepção dessas mulheres sobre essas situações de opressão é um caminho para reverter essa conjuntura, muitas vezes invisibilizada pelo cotidiano das práticas profissionais. O patriarcado, estruturado socialmente, e os preconceitos sofridos pelas mulheres se acentuam em ambientes majoritariamente masculinos, como afirmam Siqueira e Samparo:

Em tempos modernos e após tantas lutas para ingressar e se manterem no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem inúmeros preconceitos, seja pela mais pura e injustificável discriminação, seja pela notória e inconsistente preferência que muitos empregadores possuem de contratar homens, diante da variedade de normas de proteção que existem visando à proteção do trabalho da mulher. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 287)

Considerando a nova configuração social e apesar da inserção da mulher no mundo do trabalho, a hierarquização e a desigualdade entre homens e mulheres ainda é grande no Brasil. Probst, em sua pesquisa, afirma que

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela que a parcela de

mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. (PROBST, 2013, p. 3)

Ouvir as mulheres trabalhadoras falarem sobre as situações de opressão vividas por elas no local de trabalho é essencial para compreendermos como encontrar caminhos para sua superação. Apoiada na ideia de que as relações de opressão precisam ser explicitadas, é que, nesta pesquisa, buscou-se ouvir as mulheres para, então, a partir de suas falas, dar publicidade às relações de poder e opressões vivenciadas no cotidiano das suas práticas profissionais nos espaços de privação de liberdade.

2 Metodologia

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, sendo a entrevista aberta ou etnográfica o principal instrumento de coleta de dados. Foram realizadas quatro entrevistas com mulheres que trabalham em espaços de privação de liberdade e que concordaram em participar da pesquisa. A entrevista teve como intenção investigar, através de suas perspectivas, como as formas de violência e discriminação de gênero estão presentes, ou não, nos seus cotidianos profissionais.

Segundo Mattos, Almeida e Castro (2013), esse tipo de entrevista assemelha-se a uma conversa sobre o dia a dia, pois não segue formalmente um guia e/ou roteiro previamente elaborado. As mulheres entrevistadas foram convidadas a participar do projeto após fazerem um curso de extensão sobre educação em espaços de privação de liberdade, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, no primeiro semestre de 2018. Ao longo do curso, foram comuns relatos de participantes mulheres, que atuam no sistema prisional ou socioeducativo, sobre a violência nesses espaços. Violência com e entre os internos/as, mas também vivenciadas por elas, por serem mulheres em um espaço majoritariamente masculino. A tensão expressa por elas ao longo do curso motivou o desejo de entender melhor os processos de opressão de gênero vividos nessas instituições. Foram entrevistadas 1 pedagoga, 2 professoras e 1 assistente social.

Flávia¹ é Pedagoga e trabalha há quase 6 anos em uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), no Rio de Janeiro. Segundo ela, fez o concurso de uma

¹Os nomes das participantes foram alterados para preservar a identidade das mesmas.

maneira muito inconsciente, pois não conhecia muito sobre o sistema e nunca tinha entrado em uma unidade.

Na universidade não me lembro de nenhuma abertura para a temática. Saí da graduação em 2003-2004, aí decidi que não queria fazer concurso para trabalhar em escola. Tinha amigos que me falavam para fazer concurso para garantir. Aí um amigo me enviou esse concurso do DEGASE. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018).

Maria é assistente social e também trabalha no Departamento Geral de Ações Socioeducativas, com experiência de 24 anos de profissão. Trabalha numa unidade fechada, num período anterior à medida socioeducativa ser aplicada. Segundo Maria, essa foi sua única experiência em unidade de restrição total de liberdade.

Eu nunca havia tido essa experiência de trabalhar com pessoas em restrição, para mim foi muito difícil trabalhar com muros tão altos e com tanta restrição. Para ter uma ideia, nenhum profissional técnico tinha acesso ao alojamento dos meninos, e se quisesse ir tinha ameaça dos agentes no sentido de dizer que eles não se responsabilizariam pela nossa segurança. (Fragmento da entrevista realizada com Maria em maio de 2018).

Rose é professora voluntária de história na mesma instituição, começou a trabalhar há pouco tempo, e somente uma vez por semana, vinculada a um projeto social que atua na instituição. Ela desenvolve um projeto de alfabetização, com foco na história.

Ana é professora de língua portuguesa. Atuou como professora durante um ano no Departamento Geral de Ações Socioeducativas, depois pediu exoneração e fez um novo concurso, agora para trabalhar como professora, também de língua portuguesa, nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro. Durante 8 anos atuou no Sistema Prisional.

As entrevistas foram transcritas, categorizadas e analisadas pelas autoras, dentre os temas destacam-se: ser mulher no espaço de privação; corpo feminino; assédio e machismo. Como afirma Carloto:

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. (CARLOTO, 2001, p. 210)

Na sociedade patriarcal, classista e racista em que vivemos, vemos muito pouco à mulher como protagonista. As assimetrias das desigualdades sociais colocam tristemente “cada pessoa no seu lugar” (DAVIS, 2017).

3 Resultados e discussão

Ao longo das entrevistas, as mulheres participantes relataram como se sentiram, foram tratadas e como as relações interpessoais se estabeleceram ao longo de suas trajetórias profissionais nas instituições de privação. Todas as entrevistadas relataram um ponto em comum nas suas falas: o assédio por parte dos agentes ao chegarem às instituições, como pode-se verificar nos trechos retirados das entrevistas com Flávia, Rose, Ana e Maria, respectivamente:

Porque a primeira entrada na unidade assim, o olhar dos agentes, é um olhar de que está entrando um pedaço de carne, de filé. E aí isso era recorrente, até pelo menos você conseguir estabelecer uma relação de olhar nos olhos e dar bom dia, falar “e aí, tudo bem? Nós somos colegas. Vamos trabalhar juntos.” Isso foi às primeiras vezes que eu entrei, e olha que eu sou uma pessoa que tento falar com todo mundo. Foi muito impactante! Demorou um tempo até eu conseguir ter essa relação de respeito, de quem está trabalhando no mesmo espaço. Porque esse olhar de sedução, é quase um olhar de coerção também. Ele é um olhar de quem pode dominar aqui, então tem essa coisa que passa pela sexualidade, mas que é de domínio, que é de quem manda. E é bem agressivo. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018).

Já na primeira unidade, foi muito desagradável, principalmente pelos agentes. Já começa por eles. Eu assim fui muito maltratada. Maltratada do tipo era um tom de brincadeira, mas eu não tinha dado intimidade pra eles. Então eles falavam coisas do tipo “- ah, patricinha maconheira vem para cá e acha que vai fazer revolução!” Sendo que eles nem me conheciam, nunca tinham falado comigo. Falavam mais, do tipo “- ah! Essas comunistas, patricinha, comunistas de Iphone”, ficavam debochando. Falavam bem perto de mim, até os alunos ouviam. Até os alunos se sentiam constrangidos. Os internos mesmo falavam “não, professora, deixa pra lá.”. (Fragmento da entrevista realizada com Rose em maio de 2018).

Sentia um desprezo por parte dos agentes, como se eles debochassem. Muitas vezes eu me dirigi a algum agente porque minha turma não estava liberada e eu queria saber sobre a minha turma, e alguns nem olhavam para mim. Eu chamava pelo nome, perguntava. Eu tinha um tratamento extremamente polido, pois não queria que eles tivessem nada para falar de mim. Às vezes os alunos falavam assim “não dá confiança para ele, não”, aí eu respondia “ah, meu querido, a gente tem que fazer a política da boa vizinhança, senão daqui a pouco minhas turmas não estavam saindo para a aula.” Então deboche, quantas vezes eu falei “a gente tem uma atividade super importante hoje.” Aí eles respondiam “é, importante, né, professora? Dar aula para vagabundo é super importante”. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018).

Eu tive assim, uma experiência muito complicada, né?! No início gera um pouco de medo, porque você trabalhava com homens fortes, muito grandões, né?! Principalmente por ser mulher, tinha toda uma ironia, um deboche e por ser assistente social era pior ainda. A visão que eles têm do serviço social é que a gente é muito boazinha, que a gente quer defender bandido e que a gente tem toda essa postura de defender os meninos. Não adiantava querer estabelecer diálogo, porque era muito

difícil estabelecer o diálogo com esse grupo de agentes. Então eram ameaças veladas, não tão declaradas. Do tipo: “Olha, quer ir no pátio, tudo bem, mas a gente não dá segurança nenhuma”. Aí como que a gente vai entrar no pátio, com 200 meninos, sem segurança nenhuma? Então ninguém ia. (Fragmento da entrevista realizada com Maria em maio de 2018).

Para Ribeiro (2018), a prática do assédio moral é uma conduta tão antiga quanto o próprio trabalho, caracteriza-se por ações de discriminação, humilhação, desrespeito ou constrangimento e podem gerar patologias como ausências frequentes no trabalho e pedidos de licenças psicológicas. Segundo a autora, atualmente, o assédio moral pode ser entendido como um fenômeno que “ocorre mais comumente em ocasiões de exercício do poder, visando atingir a autoestima, segurança ou imagem da pessoa” (RIBEIRO, 2018, p. 10). O sentimento de insegurança na relação com os homens que atuam nas instituições foi constante nos relatos das mulheres entrevistadas. Destaca-se que o assédio vivenciado pelas entrevistadas não está restrito às relações com os agentes, mas com qualquer homem e de qualquer hierarquia - desde a portaria, como relata Maria.

Para mim foi uma experiência bem sofrida, bem complicada. Existe o assédio sim. Não somente dos agentes, mas dos homens que trabalham lá, no geral. Desde a portaria. Não posso dizer que todos os agentes são assim, eles ficam 24 horas lá dentro, dizem que sofrem ameaças. (Fragmento da entrevista realizada com Maria em maio de 2018).

É importante ressaltar que este olhar, além de um olhar profissional, ainda as remete a se olharem enquanto mulheres nestes espaços, um olhar sobre o corpo feminino, num ambiente masculino. Nesse aspecto, concordamos com Souza (2008, p. 174) quando aborda que “[...] os sentidos naturalizados de gênero, formam um sistema de preconceitos que define as mulheres e os homens como objeto e sujeito de dominação respectivamente”. Esses sentidos, no caso das entrevistadas, são marcados pela condição feminina em um espaço majoritariamente masculino, em que os preconceitos e as marcas da dominação do patriarcado sobre as mulheres se acentuam. E como forma de expressão e experiência, as entrevistas relatam como as piadas sobre questões relacionadas à sexualidade são frequentes nas relações interinstitucionais, como pode-se observar nos relatos de Flávia e Rose:

Engraçado, porque essa coisa de ser mulher quando eu entrei, aí quando a gente entrou em janeiro de 2013, o fato de ser um corpo feminino começou a ser uma questão. Porque a gente entrava e a maior parte dos profissionais, os agentes, né? Que são maior número de profissionais do DEGASE são majoritariamente homens, é uma unidade masculina. Mas, tinha uma questão com relação à roupa. Assim, esse olhar dos meninos foi uma questão, a partir daí ficou essa questão de pensar que roupa usar, como vir. Pra não provocar, mas ao mesmo tempo de não me sentir privada da minha

própria liberdade. É, passava pela minha cabeça que tipo de roupa vestir, tanto pelos adolescentes quanto pelos agentes. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018).

E para mim, a coisa da sexualidade me marcou muito. E aí tinham dois diretores sentados na sala e todo mundo fez uma piada sobre algemas, sobre prender e sexualidade, sabe?! Aí eu fiquei me sentindo tão constrangida. E tinha isso, pairava no ar essa coisa meio desse espaço de sexualidade ser sempre um espaço de brincadeira, de piada, de olhar, que estava sempre tudo misturado. Aqui dentro tinha muita mistura entre o que é profissional e o que é curtidão e sexualidade. E aí isso me assustou e me chocou muito. Eu tentava o tempo inteiro marcar esse limite e deixar claro que não tinha espaço para essa mistura. E durou um tempo para conseguir passar por cima desses olhares e entrar na unidade sem me sentir agredida pelo olhar dos colegas e que aquilo era o jogo deles, mas que para mim não era aquilo. (Fragmento da entrevista realizada com Rose em maio de 2018).

No geral eu prefiro quando tem um professor homem comigo, porque os meninos ficam menos agitados, mas nada de assédio, nunca fizeram nada comigo. Eu prefiro a presença masculina porque os internos têm muito a questão do respeito. O tratamento lá dentro é muito machista. Os alunos são machistas, os agentes mais ainda. Para a gente conseguir alguma coisa, tudo a gente tem que dar um jeitinho porque, assim, pela burocracia, você desiste. Então, o fato de você ser mulher, se você der o seu “jeitinho”, você consegue mais coisas. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018).

A violência vivida no ambiente de trabalho é legitimada pelos profissionais do sexo masculino por meio de piadas sobre sexualidade, num jogo que, no relato de Flávia, era constrangedor, violento e preconceituoso. Sendo assim, o que podemos observar é a pluralidade de relatos que dizem respeito a divisão sexual de trabalho e como o fato de ser mulher pressupõe para os homens a necessidade de estabelecer estas relações de poder e dominação. Maria relata a mesma experiência de Rose quando afirma:

O difícil de ser mulher lá dentro, é mais envolvendo os agentes. Se eu fosse um homem, assistente social, com certeza minha relação com os agentes seria outra, no sentido do respeito. Nas relações de gênero não tem como negar em todas as relações de trabalho. Eu vejo que o pedagogo que é homem, eles tratam um pouco diferente. Às vezes eu falo assim para o pedagogo “vai lá porque você é homem e eles vão te obedecer!” É até um machismo meu, né?! Mas você cansa tanto de ouvir tanta piada, se estressa, que você acaba se desgastando. Aí você cansa de querer traçar um diálogo com o outro e fazer com que ele entenda que ele está errado que aquela visão está errada. Mas, esse é o trabalho, incansável mesmo. (Fragmento da entrevista realizada com Maria em maio de 2018).

No relato a seguir Ana expõe a percepção de que esta é uma vivência exclusivamente feminina. Para ela, os professores homens não passam pelas mesmas situações de opressão e assédio relatadas por ela.

Eu acho que professores homens não passam por este processo. Tem uma ideia de exercer a autoridade, botar uma mulher no seu devido lugar. Fora o controle do corpo mesmo da gente, né? Porque era obrigatório o uso do jaleco, com o objetivo de inibir

o desejo que os meninos poderiam ter por nós. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018).

Ficam claras e estabelecidas, neste momento, a opressão e repressão sofridas especificamente pelas mulheres dentro desses espaços. Não somente relatando suas experiências pessoais, mas os pontos em comum dessas vivências. Os relatos e experiências abordando este tema são inúmeros, e a necessidade de expor, bem como falar sobre a temática, permitiu que essas mulheres expusessem seus pontos de vista e as estratégias utilizadas por elas para tentarem reverter essa situação. Outro aspecto apresentado por Flavia é a questão racial, a experiência de ser, ainda, uma das poucas mulheres negras da equipe técnica nesse espaço. Segundo Davis (2017), as mulheres negras das classes trabalhadoras vivem um tríplice preconceito: por ser mulher (em uma sociedade patriarcal), negra (em uma sociedade racista) e da classe trabalhadora (em uma sociedade classista).

Para estas, as oportunidades, na maioria das vezes, passam longe. Pode-se dizer que são quase inexistentes. De acordo com a mesma autora: “As mulheres da classe trabalhadora e aquelas racialmente oprimidas confrontam a opressão sexista de um modo que reflete as interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racial e a supremacia masculina” (DAVIS, 2017, p 140). Nas palavras da Pedagoga Flávia:

Eu fiquei pensando no início da fala, quando falamos sobre ser mulher, uma coisa que me marcou foi quando eu entrei era uma equipe técnica composta por 20, 30 profissionais e eu era a única mulher negra. Eu era a única pessoa negra naquela equipe técnica, que era composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Tinha uma estagiária de psicologia negra. Isso também foi forte. Mas depois que entrou a X que é psicóloga, a gente fez vários trabalhos juntas, que foi diferente. Foi bem impactante ver isso também. Os agentes não, você vê agentes negros, e mesmo sendo negros, não sei se eles têm consciência de que são negros e o que significa isso. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018).

A violência simbólica é a marca das histórias de opressão vividas pelas mulheres trabalhadoras nas instituições de privação de liberdade, em que a representação sobre o “lugar da mulher” é reafirmado repetidas vezes e de diversas formas diferentes. Como afirma Chartier (1995, p. 47) “[...] o que está em jogo aqui é a própria definição dos poderes femininos permitidos numa situação de sujeição e de inferioridade”. Ana destaca que, quando tentava comentar alguma coisa sobre os estudantes com os agentes era “lembrada”, em tom de ameaça, sobre a natureza do crime dos estudantes.

Quase toda semana se eu comentasse alguma coisa de algum estudante, o agente vinha dizer que era estupro, que tinha feito isso e acontecido aquilo com as mulheres. Quando me apresentei me perguntaram “nunca veio aqui não?”. Respondi: “não, não”. “Aqui só tem estupro”, disseram eles. E eu “é mesmo? Caramba, não sabia!”. “É,

aqui é seguro de vida”. Disseram. Aí ele me explicou o que era seguro de vida do ponto de vista deles. O aviso era para nós, mulheres. Não era um aviso preocupado, era um tom de ameaça. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018).

O patriarcado, estruturado socialmente, e os preconceitos sofridos pelas mulheres se acentuam em ambiente majoritariamente masculino, como demonstrado nas falas das participantes, e como apontam Siqueira e Samparo:

[...] em tempos modernos e após tantas lutas para ingressar e se manterem no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem inúmeros preconceitos, seja pela mais pura e injustificável discriminação, seja pela notória e inconsistente preferência que muitos empregadores possuem de contratar homens, diante da variedade de normas de proteção que existem visando à proteção do trabalho da mulher. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 287)

No caso das mulheres que trabalham com educação em espaços de privação de liberdade, o preconceito se dá ainda pelo fato de serem mulheres, por atuarem num espaço “de homens” e também por exercerem uma profissão considerada feminina, que é a profissão docente. Como afirmam ainda os autores:

[...] a divisão sexual do trabalho parte de dois princípios, o da separação e da hierarquia. O primeiro reconhece a existência de trabalhos tidos como especificamente femininos e outros como masculinos; por sua vez, o segundo admite a superioridade do homem em qualquer trabalho. Conclui-se que, em ambos, não há uma liberdade de escolha quanto às funções a serem exercidas pelos sexos, além de corroborar com a existência da dominação masculina sobre as mulheres. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 300)

Portanto, a questão relacionada ao gênero, “de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tanto simbólicas quanto materiais”. (CARLOTO, 2001, p. 203). Sobre a cultura machista e sua legitimação neste espaço, cabe a fala de Ana sobre o uso do jaleco pelas mulheres:

Os professores homens não eram obrigados a usá-lo. Alguns usavam, mas a obrigatoriedade era para nós, mulheres. Há certas coisas que você não tem como impedir, mas a relação respeitosa você constrói. Na verdade, o que eu acho que tinha que ter e vai faltar para sempre tanto no DEGASE quanto no prisional é uma educação feminista, porque se houvesse uma educação feminista essa coisa de roupa, essa coisa das liberdades que eles acham que podem ter com a gente seriam desconstruídas, mas é meio que um tabu isso. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018).

Quando falamos em relações de poder, existem constantes tentativas de legitimação da cultura patriarcal pelos homens que trabalham nessas instituições. A entrevista com as mulheres

foi uma oportunidade de dar visibilidade para as vivências profissionais nos espaços de privação de liberdade, mas, também, para afirmar as atitudes tomadas por elas, frente ao que enfrentam de preconceito no cotidiano do trabalho nessas instituições. Assim, ao longo das entrevistas, foi possível apresentar aspectos que marcam a presença das mulheres que trabalham em prisões, como refletir, por meio do diálogo oportunizado pela entrevista, sobre questões de opressão relacionadas com as questões de gênero e sexualidade, que, muitas vezes, estão naturalizadas nas instituições em que atuam profissionalmente.

Flavia e Ana destacam em suas falas, a seguir, algumas ações pedagógicas implementadas na tentativa de romper com a naturalização em relação a opressão de homens sobre as mulheres nas instituições que trabalham. Ações baseadas, principalmente, na tentativa de debater, ampliar e desnaturalizar a opressão por meio da ação dialógica.

Com relação à desconstrução, eu e mais duas funcionárias fizemos um trabalho que era as segundas feiras ficar depois do nosso horário, de 18 até as 20h da noite para bater papo com os agentes, fazer uma roda de conversa por conta disso. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018).

Eu enfrentava primeiro a resistência dos caras, né? Porque para os presos eu cansei de ouvir frases como “quando eu estava com dinheiro eu tinha mulher, depois que eu fiquei na “merda” eu deixei de ter mulher”. Aí eu respondia: Sabe o que eu acho engraçado nisso? É que quando você estava com dinheiro, a mulher que você procurou era essa que gostava de dinheiro, porque ela existe, mas existe também aquela que não dá importância para isso”. Eram essas conversas que eu queria ter com eles. Primeiro ver a mulher na condição de professora, de gestora já quebra a expectativa deles com relação a superioridade, essa relação tensa para mim era fundamental, isso tinha que ser explicitado o tempo todo. Tinha que colocar a tensão para aflorar. Depois ir discutindo, debatendo, vendo soluções. Mas esses movimentos eram reprimidos o tempo todo. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018).

E, em outro momento, as entrevistadas relataram os resultados de suas práticas e sua busca por reverter essas situações no âmbito institucional, como podemos observar nas falas de Flávia e Ana:

Essa roda de conversa durou um tempo, foi bem bacana de ser feito. Com relação a reação deles, nas primeiras vezes a gente apresentou a proposta, mas tinha muita resistência. Às vezes eles estavam a fim de sentar e conversar, às vezes eles ignoravam nossa presença e só um ou dois sentavam com a gente. (Fragmento da entrevista realizada com Flávia em maio de 2018)

Eu passei um filme com o título Amor?²No filme os atores interpretam narrativas de violência contra a mulher, aí tem lá como eles se sentiam, como eles viam aquilo tudo. Não consegui passar o filme todo porque os homens começaram a meio que quase passar mal, porque aquilo estava afetando, estavam angustiados. Então, o que eu percebo, que eu, sozinha, formada em letras, não daria conta dessa experiência, que

²“Amor?” é um longa de João Jardim que aborda as relações amorosas que são pautadas pela violência.

eu precisava ter uma equipe interdisciplinar comigo, com psicólogo, pedagogo, todo mundo envolvido no projeto para dar conta dessas complexidades. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018).

Assim como Louro (1997, p. 33), concorda-se que “não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder”. A criação de espaços de resistência, no entanto é marcada pela invisibilidade e a naturalização da opressão, como relatam Maria e Rose:

Agora a questão de funcionários é muito velada, meio que é ignorado como é e o que é ser mulher dentro do DEGASE. É a mesma coisa que na sociedade, né?! Seria importante que essa discussão ganhasse espaço. A gente não tem também dentro desse sistema um departamento que atenda os funcionários. Muita gente adoce dentro do DEGASE. Há um sofrimento. Eu também não estou generalizando que todos os agentes homens são assim, não são os 100%, mas a gente sofre isso. (Fragmento da entrevista realizada com Maria em maio de 2018).

Todos os aspectos me desanimam. Eu saio arrasada, todos os dias. Eu estou lá porque eu acho que é meu dever estar lá, entende? O Estado já foi omisso, muitos pais não têm condições, então a sociedade tem que assumir a educação. Então, eu acho que é um esforço estar lá, é uma máquina de moer gente. (Fragmento da entrevista realizada com Rose em maio de 2018).

O desânimo de Rose é marcado pela violência diária vivida na instituição, como ela diz, “uma máquina de moer gente”. Opressão marcada, ainda, pela invisibilidade da luta dessas mulheres por melhores e mais justas condições de trabalho. “O ronco surdo dessa batalha deve nos instigar ainda mais na busca de novas formas e experiências, com as quais seja possível pensar e agir diferentemente do que temos pensado e agido nesta e com esta temática”. (PENNA; CARVALHO; NOVAES, 2016, p. 120).

Os espaços de violência simbólica contra as mulheres, é também espaço de luta para que estas relações sejam modificadas e colocadas em evidência. Concordamos com Ana, no fragmento a seguir, quando destaca que temas como feminismo, violência contra a mulher, gênero e sexualidade precisam deixar de ser tabu nas instituições. Destaca-se, ainda, que, em momentos de incerteza sobre a aplicação de publicas públicas que promovam a discussão sobre gênero e sexualidade é “[...] urgente a criação de territórios de diálogo e o fortalecimento da natureza plural das instituições educativas em defesa de uma agenda comprometida com a igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens, independente de gênero, raça, etnia e classe social.” (ALMEIDA; JAEHN; VASCONCELLOS, 2018, p. 1515).

É um tabu você tocar nesse assunto “feminismo”, né? Eu tentei o tempo todo. Tenso. Sempre tenso. Eu trabalhei na unidade de seguro de vida, então grande parte da população do seguro de vida era envolvida com crimes de natureza sexual, que era

atentado ao pudor, estupro, etc. Mas é assim, eu acho que tem que mexer com esses fantasmas. De outra forma não tem como mudar. A violência contra a mulher, mesmo que o sujeito morra, se a mentalidade que gera essa pessoa não mudar, acabam aparecendo outros. É a cultura da violência, cultura do estupro que precisa ser transformada. Tinham atitude de amedrontar. Eu acho que a minha geração penitenciária perde oportunidade de viabilizar esses encontros, quando oprime, não dá esses espaços, reproduz a violência. São experiências que me mostravam que o caminho estava ali. Isso eu fazia fora dos meus horários de aula, não havia carga horária para esses processos. (Fragmento da entrevista realizada com Ana em maio de 2018)

4 Conclusões

Este artigo analisou as vozes de quatro mulheres que atuam ou atuaram profissionalmente nesses espaços por meio de entrevistas etnográficas, em que elas relataram como é o cotidiano profissional e as relações interpessoais nos espaços de privação de liberdade e como são afetadas pelas relações assimétricas de poder entre homens e mulheres.

Compreender as relações de opressão vividas pelas mulheres que trabalham em espaços de privação, na perspectiva das próprias mulheres, nos possibilitou perceber as diferentes concepções e disputas de poder presentes nesses espaços, especialmente, mas não limitados a ele. Essa opção se deu, ainda, por entendermos que, num sistema hierárquico e patriarcal, as situações de opressão advindas das relações de gênero, devem ser compreendidas partindo do ponto de vista de quem vive a opressão.

Ana, Flavia, Rose e Marta, sujeitas dessa pesquisa, destacam a necessidade de dar visibilidade para os processos de opressão de gênero vivenciados no cotidiano profissional, por meio de práticas dialógicas, seja com os presos/as ou adolescentes em conflito com a lei, seus alunos e alunas, ou com outros profissionais que atuam nos espaços de privação.

Ouvir essas mulheres, especialmente nas instituições que trabalham, é reconhecer a violência diária vivida por elas pela sua condição feminina, mas, também e especialmente, uma forma de desconstruir essas práticas que reforçam estereótipos e discriminam as mulheres, neste caso, que ocupam lugares considerados, pela sociedade patriarcal, como de exclusividade dos homens, a partir unicamente da uma lógica masculina de dominação.

Os resultados indicam que, apesar da luta das mulheres em ocupar espaços que, em nossa sociedade, eram destinados somente aos homens, as barreiras relatadas pelas entrevistadas, neste estudo, ainda são muitas. Após o ingresso nas instituições, as participantes relatam que viveram situações de discriminação e preconceito, simplesmente, por serem mulheres.

Hostilidade por parte de seus colegas do sexo masculino, geralmente agentes; discriminação por meio de piadas sexistas, que inferiorizam as mulheres; assédio moral e sexual e ameaças em relação à segurança de seus corpos são algumas situações destacadas pelas participantes e que marcam suas vidas como profissionais nas instituições pesquisadas.

Em contrapelo às situações de opressão, as entrevistadas destacam também a luta diária por melhores e mais justas condições de trabalho. Vários foram os relatos sobre a realização de propostas pedagógicas que buscam romper com a naturalização da violência de gênero. Ações baseadas, principalmente, na tentativa de desnaturalizar a opressão, por meio da promoção de ações dialógicas e emancipadoras. Rodas de conversa, cinema, debates foram instrumentos utilizados por elas, como afirma Louro, “[...] para fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (1997, p. 33).

WORKING WOMEN’S VOICE: EDUCATION AND GENDER RELATIONS IN LIBERTY DEPRIVATION PLACES

Abstract: Women experience patriarchal culture at home, at work, in family relationships, friendship and work. But how is that culture present in liberty deprivation places? How do interpersonal relationships work in these institutions? These questions were the basis of this article whose main purpose is to discuss the perceptions that women who work in places of liberty deprivation have about violence situations and gender oppression faced on their daily work. The writings presented here originated from a survey conducted in the State of Rio de Janeiro, investigating forms of violence and presence or absence of discrimination in daily work from perspectives of women working in liberty deprivation system. This is a qualitative research, with an open or ethnographic interview as the main instrument of data collection. Interviews were conducted with four women working (or that had worked) as teachers, social workers or pedagogues in these places. Among the results found, there were reports of oppression situations and gender violence experienced in their daily work.

Keywords: Liberty deprivation. Working women. Gender. Education.

Referências

ALMEIDA, S. M.; JAEHN, L.; VASCONCELLOS, M. Precisamos falar de gênero: por uma educação democrática. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13. n. esp. 2, p. 1503-1517, set. 2018.

CARLOTO, C M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações

sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, v. 4, 1995.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KERGOAT, P. Ofício. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Franloise (org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

LAGARDE, M. **Cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4.ed., Ciudad del México: UNAM, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997

MATTOS, C. L.S.G. de; ALMEIDA, S. M. de; CASTRO, P. A. de. Educação e vulnerabilidade: um estudo etnográfico com jovens e mulheres em privação de liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, mai. 2013.

PENNA, M. G. de O.; CARVALHO, A. F.; NOVAES, L. C. A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência. **Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 109-122, jan.-abr. 2016

PROBST, E. R.; RAMOS, P. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, v.1, n.1, p.1-8, 2013.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e43413, 2018.

SIQUEIRA, D. P.; SAMPARO, A. J. F. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, v. 26, n. 48, p. 287-325, dez. 2017.

SOUZA, S. D. de. Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. **Educação & Linguagem**, ano 11, n. 18, 2008.

VEGA MONTIEL, A. Por La visibilidad de las amas de casa: rompendo la invisibilidad del trabajo doméstico. **Política y cultura**, n. 28, p. 181-200, 2007.